

ESTADO, EDUCAÇÃO E HEGEMONIA: reflexos da Pedagogia Experimental na Educação Física em Sergipe (1947-1951)

Hamilcar Silveira Dantas Junior*

Resumo: neste artigo destaco algumas discussões desenvolvidas na Dissertação de Mestrado em Educação: *Estado, Educação e Hegemonia: reflexos da Pedagogia Experimental na Educação Física em Sergipe (1947-1951)*. O objetivo foi verificar a direção dada à Educação Física pelas políticas educacionais no estado de Sergipe, nesse período. Concluiu-se que, em meio à sociedade oligárquica, visualizam-se reflexos, na Educação Física, dos princípios teórico-metodológicos da Pedagogia Experimental.

Abstract: this article focused some discussion exposed on the Master's Dissertation in Education: *Estado, Educação e Hegemonia: reflexos da Pedagogia Experimental na Educação Física em Sergipe (1947-1951)*. The objective is to verify the direction given to Physical Education by the educational politics in the state of Sergipe during that period. The conclusion is that, amid the oligarchic society, reflexes are seen, on Physical Education, inside the theoretical-methodological principles of the Experimental Pedagogy.

O presente texto constitui-se em uma síntese da Dissertação de Mestrado em Educação, apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. O trabalho insere-se na Linha de Pesquisa "*História, Sociedade e Educação*", do referido núcleo, sendo elaborado com vínculo ao *Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação*, coordenado pela Prof.^a Dra. Marta Vieira Cruz, por sua vez participe da rede de pesquisadores atrelados ao "*Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil*", sediado na UNICAMP, coordenado pelo Prof. Dr. Dermeval Saviani.

As transformações sociais, políticas e econômicas, próprias do processo de reordenação da hegemonia, produzidas mundialmente no período pós-2^a Guerra, incidem sobre o Brasil, enquanto dirige sua redemocratização política e reestruturação econômica, instituindo um ideário nacionalista e desenvolvimentista. *Pari passu*, tais movimentos atuam de modo específico e particular num estado como Sergipe, fundado em bases exclusivamente oligárquicas. Da mesma forma, a educação como espaço de disputa hegemônica, e a Educação Física como atividade curricular, não ficam inertes à ação política, ao pensamento educacional e ao projeto de modernização vigente, no momento em que o país passava pelo processo de construção de um sistema nacional de educação a partir da Constituição Federal de 1946.

Nesse sentido, o trabalho objetivou vislumbrar os princípios políticos e o ideário pedagógico que permeavam a Educação Física em Sergipe, no período pós-1945, especificamente na administração do Governador José Rollemberg Leite (1947-1951), suas articulações ao novo projeto de hegemonia do período, bem como a materialização de sua prática e as relações com a concepção liberal de educação, na vertente da Pedagogia Experimental.

A busca pelo desvelar da problemática refletia intencionalidades que se consubstanciaram em dois aspectos justificativos básicos: o científico e o social.

Em âmbito geral, avançar na investigação da prática da Educação Física no período de redemocratização pós-1945. Compreender a ação do Estado sobre a educação para além de uma visão

* Mestre em Educação. Professor do Depto. de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe.

determinista, considerando as tensões latentes no seio da sociedade civil. Em Sergipe, onde já se apresentam relevantes contribuições, buscar desvelar o campo político-educacional como *locus* de tensão pela hegemonia.

Entendendo a impossibilidade de distinção entre teoria e método, a investigação obedeceu as premissas da concepção materialista da História, na perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica, escudando-se em três preceitos: leitura acurada dos clássicos, consideração dos processos históricos em seu caráter de totalidade, e uma ortodoxia metodológica, oposta ao pluralismo e ecletismo (Paulo Neto, 2002).

No que tange aos princípios teórico-metodológicos, recorri a Saviani (1996) que os delimita em:

Primeiramente, "o caráter concreto do conhecimento histórico-educacional" compreendendo as relações sociais que tornam a educação um fenômeno concreto, ou como afirma Marx (1997) "síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso".

Segundo, "a análise histórica de Longa Duração" que, segundo Gramsci (2000b), consiste em distinguir os movimentos sociais orgânicos, ou de caráter permanente, dos movimentos de conjuntura, os ocasionais, imediatos, acidentais.

Terceiro, "o olhar analítico sintético no trato com as fontes", fundado em três momentos: a "pré-análise", com a escolha dos documentos, armazenados no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), materializados principalmente na forma de Legislação, a saber: Leis, Decretos-leis, Portarias e Relatórios, bem como com a seleção das professoras que atuaram com a disciplina Educação Física nas escolas públicas de Sergipe, no período estudado; a "exploração do material", através de categorias analíticas como: Estado, Educação e Educação Física; e o "tratamento dos dados e interpretação".

Quarto, "a articulação do singular e do universal", que implica a tentativa de se encontrar as relações intrínsecas entre o local, o nacional e o internacional, ou a compreensão de que as ações político-educacionais, em âmbito regional, coadunavam com o movimento global de reestruturação hegemônica em direção à modernidade. Finalmente, "a atualidade da pesquisa histórica", que se exprime na tentativa de compreender o presente a partir da compreensão de suas raízes e da sua gênese.

O trabalho foi estruturado em quatro capítulos, além das considerações finais.

No primeiro capítulo, está posto o marco teórico-conceitual que instaura o debate das relações entre Estado, Educação e Hegemonia. Tal debate perpassa pela complexidade de visualizar os meandros, os laços intrínsecos entre política, economia, filosofia, história e práticas sociais, base do conceito gramsciano de Bloco Histórico.

O debate instaura-se a partir do embate acerca do processo histórico entre Hegel, Marx e Engels. Para Hegel (2000), o movimento histórico se dá a partir do sistema de universais que origina o progressivo avançar humano em direção à autoconsciência. Em contrapartida, para Marx (2001), Hegel elabora uma expressão lógico-abstrata e especulativa do processo histórico, não obstante, ter explicitado o método dialético em toda a sua radicalidade e dinamicidade. A questão posta seria revelar o seu caráter racional e revolucionário na investigação do empírico-histórico.

Gramsci, enquanto herdeiro da tradição hegel-marxiana, propõe uma síntese filosófica que explicita a inseparabilidade de História, Política e Economia, explicitando os conceitos em todos os seus constituintes e contradições. Deste modo, infere a filosofia da práxis, como

...uma reforma e um desenvolvimento do hegelianismo, é uma filosofia liberada (ou que busca liberar-se) de qualquer elemento ideológico unilateral e fanático, é a consciência plena das contradições, na qual o próprio filósofo, entendido individualmente ou como grupo social global, não só compreende as contradições, mas coloca a si mesmo como elemento da contradição, eleva este elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação (Gramsci, 1999: 204).

Tal instrumento metodológico foi utilizado para compreender a relação profunda entre Estado e Educação. A tensão Sociedade civil e Estado exposta nos "*Princípios de Filosofia do Direito*" por Hegel e na "*Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*" por Marx, é pensada orgânica e originalmente por Gramsci ao compreender Estado em caráter ampliado, ou hegemonia revestida de coerção. Nesse ponto, sociedade civil e sociedade política distinguem-se apenas metodologicamente, jamais de forma orgânica. Pois enquanto a sociedade política é o Estado em sua base coercitiva, a sociedade civil é o fundamento intelectual e moral do Estado, a base da hegemonia como consenso espontâneo, consolidada pelas ideologias orgânicas, disseminadas, principalmente, pelo sistema educacional.

Dos embates originados da consolidação do modo capitalista de produção, do avanço da ciência e estruturação do Estado, a concepção marxiana de educação advoga: instrução pública às custas do Estado, sem o ensino controlado pelo mesmo, e escola como espaço onde coincidem ciência operacional, que resgata a capacidade humana de domínio sobre a natureza, e trabalho, articulado ao de mais avançado já produzido tecnologicamente. Nesse diapasão, a educação, para Gramsci (2000a), seria o espaço do embate entre hegemonia e contra-hegemonia: a conformação social pelas ideologias orgânicas ou a superação social por ser o espaço de tratamento com a ciência, com o saber sistematizado. Para tanto, a função do Estado em sua tarefa educativa é expandir a área escolar, complexificando o mundo cultural e elevando os graus de civilização. É desse marco conceptual que parti para a análise do objeto.

Analisando tal relação no caso brasileiro, as formulações de Saes (1990) demonstram que, no final do século XIX, institui-se a possibilidade do Estado burguês no Brasil ao se gerarem novas relações de produção, de divisão do trabalho, classes sociais, ideologia e estrutura do Estado. Todavia, tal construção num país de base oligárquico-conservadora caminha na restrição dos direitos civis e políticos com liberdade de associação, passível de suspensão como garantia da ordem pública. Do embate entre o espírito liberal-burguês e a raiz conservadora depreende-se que, após a Primeira República e a ditadura estadonovista, a redemocratização pós-1945 lança a perspectiva de reestruturação da hegemonia, principalmente pelo viés educacional.

O segundo capítulo objetiva estabelecer uma análise do contexto histórico-educacional do período pós-1945, a partir da apreensão das relações entre os planos internacional, nacional e estadual.

À luz de Gramsci percebo que, o momento histórico pós-2ª Guerra necessitava erigir novas possibilidades de hegemonia. Contudo, esta não se configuraria por um consenso passivo, mas ativo e direto, o que implicava acatar e incentivar a inserção das massas populares em espaços significativos da esfera social.

A reorganização mundial instituiu: uma nova ordem político-econômica bipolar; o avanço, em todas as esferas, dos EUA sobre os "países em desenvolvimento" da América Latina; uma ideologia do desenvolvimento como via de mão única, implementada nos Acordos de Bretton Woods, no Plano Marshall e na Doutrina Truman.

O Brasil, como país em desenvolvimento, reveste-se de caráter nacionalista, erigindo uma política populista com vistas à conformação do consenso pela incorporação das massas ao movimento desenvolvimentista. O Estado passa, então, a ter um papel ativo na intervenção econômica e no terreno político,

acirram-se os conflitos na reconstrução da democracia, entre os conservadores, os liberais, os comunistas e os dissidentes do conservadorismo, agora sob o signo de "trabalhistas".

Em Sergipe, a relação oligarquia x liberalismo-burguês é conflituosa, ao mesmo tempo que conciliatória. Portanto, é emblemática a administração do governador José Rollemberg Leite (1947-1951), fruto de uma coligação conservadora e implacável com os movimentos populares de matriz socialista e/ou comunista. Emblemática pois, mesmo conservadora, torna-se uma administração profundamente ligada aos ideais de modernidade que visavam impulsionar o estado a uma nova estrutura sócio-política e econômica. Tais ideais implicavam em saneamento das contas públicas, dos serviços básicos essenciais à vida humana, mas sobretudo, no incremento à estrutura educacional.

Não obstante, tais movimentos não implicaram em revolução, mas como afirma Gramsci (2000b), "transformismo molecular", ou avanços sócio-políticos sem abalos nas estruturas de poder que, todavia, abriu possibilidades de constituição de relações pedagógicas, a partir dos princípios liberais-burgueses da escola pública, gratuita e obrigatória.

O ideário pedagógico centrava-se na crença da educação como caminho essencial à modernidade, pelo apuro da razão, ciência, disciplina e moralidade. A influência das revoluções francesa e industrial na consolidação da sociedade democrática e capitalista primam por um terreno consensual em duas frentes: acesso de todos ao instrumental técnico via educação e conformação à funcionalidade social. Isso posto, o positivismo infere sobre a Pedagogia, separando-a de Filosofia e Política, estabelecendo as bases da Pedagogia Experimental, que segundo Cambi (1999: 500), "*...foi cunhada em estreito paralelismo com a psicologia experimental e se ocupa da criança através de um estudo que se organiza como 'uma intervenção deliberada numa situação (ou fenômeno) para fazê-los variar segundo um determinado objetivo e fixar depois os princípios do comportamento infantil em várias situações educativas'*".

O liberalismo em educação na perspectiva experimental é marcante quanto à concepção funcional-elitista de Émile Durkheim e à pragmático-igualitária de John Dewey. A concepção educacional de ambos convergem ao mesmo objetivo: a coesão moral, pela via de uma intervenção calcada na ciência. Não obstante, Durkheim na perspectiva funcional da estabilidade social, enquanto Dewey na perspectiva de mediação dos interesses e possibilidades individuais em direção à sociedade democrática.

Com a base liberal-burguesa ampliando seu alcance, a Pedagogia Experimental ganha vulto no Brasil pela contribuição durkheimiana de Fernando de Azevedo, principalmente no "*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*" e "*Sociologia Educacional*" e a deweyana de Anísio Teixeira, em "*Educação não é privilégio*" e "*Filosofia da Educação*", mas sobretudo pela sistematização com base na Biologia e Psicologia, formulada por Lourenço Filho (1978), em que se desnudam seus princípios básicos: o respeito à personalidade do educando; a compreensão funcional do processo educativo, sob o aspecto individual e social; e a compreensão da aprendizagem simbólica em situações de vida social.

No que tange à Educação Física brasileira é patente a influência da concepção positivista de ciência a partir das instituições médica e militar. A Tese de Ferreira Neto (1999) infere sobre o projeto pedagógico militar como fundado em princípios da Pedagogia Experimental: a experiência educativa, aprendizagem, doutrina do interesse, esforço contra interesse e motivação, elementos basilares nas proposições de William James, Edouard Claparède e Dewey.

Nesse sentido, cabe inferir que os clássicos da Pedagogia Experimental: Durkheim, Dewey, Anísio Teixeira e Lourenço Filho consideravam a Educação Física, partícipe integral dos seus projetos educacionais. Todavia, as contribuições essenciais são dadas por Inezil Penna Marinho, em sua vasta obra, e Fernando de Azevedo, em "*Da Educação Física*", onde são fixadas suas bases como ciência aplicada, escudada nos princípios da Biologia, Psicologia e Sociologia, com um programa baseado em três momentos: educação dos sentidos, trabalhos manuais e exercícios físicos propriamente ditos (jogos infantis, ginástica e cultura desportiva).

O terceiro capítulo analisa as políticas educacionais e sua influência nos rumos da Educação, especificamente na Educação Física e nos esportes após a 2ª Guerra Mundial, com o foco no Brasil e em Sergipe.

O novo cenário mundial acirra o debate em torno da questão educacional. As reivindicações dos escolanovistas ganham fôlego na construção do projeto de LDB. Contudo, as tensões políticas no legislativo e executivo minam os avanços propugnados no projeto que, entre arquivamentos, reformulações e mutilações, leva treze anos para ser aprovado, de forma a conciliar os interesses dos grupos antagônicos. A Educação Física, no bojo dos conflitos é contemplada na LDB n.º 4024/61 como obrigatória a todos os níveis de ensino, mais por força de *lobbys* políticos do que de argumentações de cunho educacional. O processo leva Anísio Teixeira a celebrar a expressão de que foi obtida "*meia vitória, mas vitória*", pois, pela primeira vez, instituíam-se no país, uma legislação nacional para a Educação.

Em Sergipe, conforme aludido, a política educacional ganha um grande impulso a partir de 1947. São criadas quatro escolas de ensino superior. Rollemberg Leite administra a elaboração da Constituição Estadual que, em matéria educacional, referenda os preceitos experimentais. Tais preceitos estão expostos, nos princípios norteadores da Educação em Sergipe (art. 147), apresentados em plenário pelo Deputado Manuel Ribeiro, do PSD, no qual revela os vínculos estabelecidos com os princípios da Pedagogia Experimental: a educação biológica; a relação do educando com o meio e o trabalho; a base de coesão moral.

Reformulam-se o Ensino Normal e os "*Cursos de Aperfeiçoamento de Professoras Primárias*". No primeiro, os programas das disciplinas "*Psicologia Educacional*", "*Psicologia Infantil*", "*Puericultura*" e "*Pedagogia*" revelam a sintonia com as formulações dos principais pensadores da Pedagogia Experimental: Alfred Binet, Thorndike, Claparède, James e Dewey. No que se refere aos *Cursos de Aperfeiçoamento de Professoras Primárias*, a Portaria que os rege determina que todas as disciplinas adotem os métodos ativos de ensino, com pesquisas centradas em situações reais de trabalho educativo.

Nesse momento, ganha relevo a atuação do Diretor do Departamento de Educação (DED), professor Acrísio Cruz, na "*Campanha Nacional de Escolas Rurais*", financiada pelo INEP. Ao final da administração estão construídas 218 Escolas Rurais, conforme os preceitos da Pedagogia Experimental, o que leva ao reconhecimento do trabalho por autoridades intelectuais do porte de Lourenço Filho, Murilo Braga e Robert King Hall. Este, Professor do Teachers College, da Universidade de Columbia, centro irradiador do escolanovismo, é trazido a Aracaju em 1950, para ministrar um curso sobre a escola primária rural.

Entendo que a política educacional de Rollemberg Leite colocava Sergipe na perspectiva dos anseios liberais democráticos, pela possibilidade de expandir a rede escolar, visando a elevação da formação intelectual, moral e técnica da população sergipana. Todavia, as raízes e os ranços oligárquicos bloqueiam os avanços na área em administrações posteriores.

Quanto à Educação Física, no período de redemocratização em Sergipe, é incluída pela primeira vez como matéria constitucional estadual, em 1947. O texto constitucional afirma em seu artigo 166:

O Estado e os Municípios dispensarão orientação e estímulo à educação física, que será obrigatória, nos estabelecimentos de ensino, e subordinada aos princípios do aperfeiçoamento moral e espiritual da pessoa humana.

Parágrafo único - As organizações desportivas amadoras serão auxiliadas eficaz e permanentemente pelo Estado e pelos Municípios, nos termos da lei.

O parecer sobre a inclusão da Educação Física e Esportes é feito pelos Deputados José Corrêa dos Santos e João Melo de Oliveira, do PSD:

Quanto à Educação Física acrescentamos que ela precisa estar subordinada a princípios morais e espirituais. A Educação Física é também uma forma de aperfeiçoamento do homem. Este, porém, não é apenas corpo. O espírito é que dirige o corpo e, por conseguinte, deve orientar e controlar a educação do corpo.

O lema da Educação Física é "mente sã em corpo sã", o que significa que o corpo precisa de desenvolvimento, saúde e energias para servir a alma sã. E só os princípios morais e espirituais conservam a saúde da alma humana. Por isso mesmo, devem ser os orientadores da Educação Física da pessoa humana.

Um simples exemplo basta para completar a justificativa: é que o desenvolvimento muscular do homem não deve processar-se esmagando o sentimento de pudor, a delicadeza de atitudes e a piedade.

Suprimimos, por desnecessária, a expressão — por todos os meios — de referência à orientação e estímulo a serem dispensados pelo estado à Educação Física. Basta dizer que o Estado e os Municípios dispensarão essa orientação e êsse estímulo. Aliás, não será por todos os meios, mas apenas pelos meios legítimos, possíveis e honestos.

Entendo este parecer como um paradoxo, pois enquanto a Educação escolar é tratada modernamente pelos preceitos liberais, a Educação Física é justificada nos aspectos mecânicos de conformação dos corpos e disciplinamento moral, oriundos do Estado Novo.

O quadro é paradoxal, o que me permite inferir que a Educação Física, em Sergipe, consolida-se a partir de 1947, num misto entre a herança estadonovista, a contribuição dos intelectuais liberais e a ampliação do seu alcance às instituições da sociedade civil: escolas, clubes, sindicatos operários. Não obstante, o movimento histórico incidirá sobre a prática pedagógica, refletindo o pensamento educacional vigente, de acordo com as condições objetivas que estavam postas.

O quarto capítulo busca desvendar os reflexos da Pedagogia Experimental na prática docente nas aulas de Educação Física e a incidência da prática esportiva nas escolas públicas de Sergipe, principalmente no âmbito da formação das professoras.

O incentivo de Rollemberg Leite e Acrísio Cruz é notório para a formação dos quadros docentes da Educação Física, seja nos Cursos de Aperfeiçoamento ou na ENEFD. A reformulação da Educação Física no Ensino Normal e nos Cursos de Aperfeiçoamento, converge à sistematização da prática pedagógica, considerando as contribuições da ciência, sobretudo da Anatomia, Fisiologia e Psicologia. No Ensino Normal, a Educação Física previa em seu programa: *Pedagogia da Educação Física* (método francês), *Psicologia da Educação*, domínio fisiológico e antropométrico de testes e exames, bases morfológicas e fisiológicas, Educação Física de conservação. Essas indicações estabeleciam aproximações diretas com uma concepção de Educação Física vinculada à saúde e à sua conservação, aludindo às reflexões elaboradas por Azevedo (1960) que a compreendia como uma "ciência da saúde". Nos "Cursos de Aperfeiçoamento", o Prof. Acrísio Cruz propunha-a como disciplina que objetivava a apreensão do conhecimento metodológico da matéria como prática educativa, incentivando a experimentação pedagógica com alunos de várias escolas da rede.

A visualização dos Cursos de Aperfeiçoamento como um espaço profícuo do exercício da prática docente, mas sobretudo de experimentação e verificação dos óbices inerentes a essa prática, já era uma preocupação corrente para o professor Acrísio Cruz, conforme atestam suas pesquisas apresentadas nos

Congressos de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental, dentre elas, seus estudos: "*Personalidade infantil e escola*" e "*Carência lúdica e escolaridade*".

Não obstante essas ações e produções, o percurso realizado na pesquisa revelou-me um distanciamento entre o curso de formação e a prática pedagógica nas escolas. Percebi que a Pedagogia Experimental, em Sergipe, apresentou apenas reflexos de suas bases na prática docente nas escolas, visualizados em alguns aspectos essenciais.

Na compreensão da Educação Física, como "disciplina-chave" para o desenvolvimento da criança nos aspectos anátomo-fisiológicos, bem como, para o disciplinamento moral dos sujeitos, exposta nos documentos oficiais que afirmam o entusiasmo pelos métodos novos e nos textos do Capitão Médico da Polícia Militar, Osvaldo Dantas, instrutor de Educação Física da Escola Normal, publicados no "*Sergipe Jornal*".

Nos avanços produzidos na Fisiologia e Antropometria que otimizaram os exames clínicos e biométricos feitos no DED, coerentes com propostas de intelectuais como Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, mas que se tornaram obsoletos e estanques por não terem sido utilizados pelas professoras de Educação Física em todas as suas potencialidades de diagnóstico, planejamento e avaliação. Entendo, conforme atestam alguns depoimentos e o preenchimento das fichas, que sua não utilização deveu-se à falta de condições objetivas de acompanhamento individualizado do desenvolvimento dos alunos, mas essencialmente, à sobrevalorização do exame clínico, devido ao enraizamento da compreensão do médico como "a" autoridade científica, fruto da consciência de tipo rural entranhado em nosso meio.

No trato com os conteúdos, percebo que estavam estruturados nos moldes do método francês e da Pedagogia Experimental, principalmente na imagem do edifício, enunciada por Azevedo (1960): utilização dos jogos e brinquedos como base, a ginástica como fortalecimento corporal para a transição ao esporte, este, o ápice da formação dos alunos na esfera das atividades corporais. Tal construção, porém, era reprodução dos cursos de formação e não compreensão científica da estruturação pedagógica. Vislumbra-se, por conseguinte, a partir desta década, a diminuição da importância dos jogos e da ginástica e aumento de relevo do esporte.

No que se refere ao esporte como ápice do processo educacional, entendo que alguns fatores confluíram para a sua consolidação e, posteriormente, sua quase exclusividade nas aulas de Educação Física. A partir de 1947, passa-se a privilegiar políticas oficiais de incentivo ao esporte, pela representação que obtém junto à sociedade civil; o esporte passa a ser um meio de reunião e unificação dos sujeitos em torno de uma mesma ação, uniformizando formas de prática e valores morais; torna-se uma prática cultural, significativa e representativa da modernidade e da democracia, que impelia as cidades a se tornarem, desde o ocaso do século XIX, cidades esportivas. Aracaju ao final da década de 1930, com suas competições de remo nas raias do Rio Sergipe; os páreos de corridas de cavalos no Prado Getúlio Vargas; os Jogos de Verão na Praia de Atalaia; e as apresentações públicas de Educação Física no estádio da cidade, já é um exemplo típico desse processo de democratização e modernização da prática esportiva e dos espaços urbanos.

Concluí que no bojo das transformações ocorridas no pós-1945, a prática da Educação Física em Sergipe corroborava os princípios sócio-políticos e educacionais, próprios da redemocratização, quais sejam: intervenção pedagógica com reflexos dos pressupostos científicos da Pedagogia Experimental de base liberal-burguesa; as ações pedagógicas, as apresentações públicas e representações por meio de atividades corporais, sobretudo o esporte, fundavam-se na perspectiva de construção da coesão social, e a prática intentava estruturar-

se conforme os princípios democráticos enunciados na concepção de Educação de John Dewey, no que se refere aos ambientes escolares, o contato com o mundo e com o outro em direção à coesão moral.

Com relação à prática esportiva, que não era objeto específico do trabalho, mas que foi surgindo com o manuseio das fontes, entendo que é necessário superar as interpretações que vislumbram sua inserção na Educação Física pela via impositiva da política ou do mercado. Para tanto, é necessário vislumbrar a força com que a prática esportiva, desde o fim do século XIX, é disseminada e vivenciada no seio da sociedade civil, de modo a estreitar relações entre as classes sociais; ampliar a participação social de expurgados históricos, como os negros, as mulheres e os operários; determinar opções profissionais e anseios de ascensão social; disseminar a ocupação de espaços urbanos. Tal direção vem sendo discutida por intelectuais da área, contudo, em Sergipe e especificamente em Aracaju, é uma lacuna a ser preenchida.

A Educação Física, conforme a análise dos clássicos, sempre esteve atrelada à concepção de Educação integral liberal-burguesa. Necessário ressaltar, contudo, que os clássicos não têm unidade intelectual e política linear, porém erigiram um projeto educacional de base modernizadora em direção à sociedade capitalista. Em Sergipe, intelectuais, em diferentes contextos e circunstâncias históricas, como Felisbello Freire, Manoel Luiz, Gumercindo Bessa, Helvécio de Andrade, Acrísio Cruz, destacaram o papel da Educação Física nos seus projetos educacionais. Nesse caso, abrem-se outras possibilidades de estudo, no que se refere à análise dos princípios educacionais que balizavam as suas sistematizações.

O objetivo, ao ressaltar os aspectos produtivos da Escola Nova foi refletir, conforme Gramsci (2000a), que é preciso ampliar e aprofundar suas bases racionais, principalmente o princípio unitário entre trabalho intelectual e trabalho técnico-produtivo. Esse movimento só é possível mediante a concepção de escola como base propagadora e organizadora da cultura e do conteúdo ético do Estado ampliado.

Concluo estabelecendo que a sistematização da prática pedagógica da Educação Física não pode prescindir da leitura dos clássicos, como possibilidade de repensar continuamente o diálogo com as matrizes científicas aventadas, bem como olhar sobre a incidência do esporte em nossas escolas no âmbito da sociedade do espetáculo. Isso posto, entendo que a história ainda é a luz que pode apontar caminhos a seguir ou a construir. Porém não basta o discurso "historicizador", mas a apreensão das contribuições fecundas e seu aperfeiçoamento e/ou superação. Portanto, é necessário aprender com a história, pois como afirma Hobsbawm (2000: 47), "infelizmente, uma coisa que a experiência histórica também ensinou aos historiadores é que ninguém jamais parece aprender com ela. No entanto, temos que continuar tentando".

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, F. *Da Educação Física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. 3. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

FERREIRA NETO, A. *A pedagogia no exército e na escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. 1999. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 2.

_____. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 3.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 1.

HOBSBAWM, E. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea*. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

MARX, K. *Para a crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

PAULO NETO, J. Os desafios epistemológicos e metodológicos da pesquisa histórica. In: Seminário do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação de Sergipe, 2, 1998. Anais: *a pesquisa histórico-educacional: impasses e desafios*, São Cristóvão: UFS, 2002. p. 11-26.

SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAVIANI, D. *Para uma história da educação latino-americana*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SERGIPE. Constituição do estado de Sergipe. *Diário Oficial do Estado*. Aracaju, n. 10019, 16. Jul. 1947. p. 1-10.

Endereço:

Av. Tancredo Neves, 3710, Edifício Cerejeiras, Bloco "T", Apto. 102. Bairro Jaboatiana.

Aracaju - SE. CEP: 49097-510.

hamilcarj@bol.com.br